

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NO COMBATE ÀS FAKE NEWS

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Itamaragiba Chaves Xavier
E-mail: xavier-i.c@hotmail.com
Instituição: Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Submetido: 31/08/2022

Aprovado: 30/11/2022

Publicado: 05/12/2023

 10.20396/rho.v23i00.8670887

e-Location: e023037

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

XAVIER, I. C. Uma análise crítica do papel da escola pública no combate às Fake News. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-17, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8670887. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670887>. Acesso em: 5 dez. 2023.

 **Itamaragiba Chaves Xavier***
Estado do Rio Grande do Sul

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar qual o papel da escola pública no combate às *fake news*. O referencial teórico-metodológico empregado está pautado no materialismo histórico e na pedagogia histórico-crítica. O termo *fake news* é compreendido como uma notícia falsa, dolosamente manipulada com o objetivo de enganar o receptor da desinformação. A escola pública deve propiciar que o aluno se aproprie da tecnologia que possibilitou a criação e divulgação das *fake news*, aprenda a navegar no ambiente virtual de forma ética e em oposição às notícias falsas que estimulam o discurso de ódio, o preconceito e que são contrárias aos interesses da classe trabalhadora. Além disso, compreender que uma parte significativa das *fake news* é elaborada por corporações poderosas, com recursos financeiros abundantes e por pessoas especializadas, que participam da disputa do poder econômico e político como intelectuais orgânicos das classes dominantes. Para finalizar, a escola pública deve cumprir a função de instrumentalizar os alunos/agentes sociais com as ferramentas necessárias para a luta de classe na sociedade atual.

PALAVRAS-CHAVE: Escola pública. Fake News. Materialismo histórico. Pedagogia histórico-crítica.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



A CRITICAL ANALYSIS OF THE ROLE OF THE PUBLIC SCHOOL IN THE FIGHT AGAINST *FAKE NEWS*

Abstract

This article aims at analyzing the role of the public school in the fight against *fake news*. The theoretical-methodological referential used is based on historical materialism and historical-critical pedagogy. The term *fake news* is understood as false news, intentionally manipulated in order to deceive the receiver of disinformation. The public school must allow the student to appropriate the technology that enabled the creation and dissemination of *fake news*, learn to navigate the virtual environment in an ethical way and in opposition to *fake news* that stimulate hate speech, prejudice and that are contrary to the interests of the working class. In addition, understand that a significant part of *fake news* is created by powerful corporations, with abundant financial resources and by specialized people, who participate in the dispute for economic and political power as organic intellectuals of the ruling classes. Finally, the public school must fulfill the function of equipping students/social agents with the necessary tools for the class struggle in today's society.

Keywords: Public school. Fake News. Historical materialism. Historical-critical pedagogy.

UN ANÁLISIS CRÍTICO DEL PAPEL DE LA ESCUELA PÚBLICA EN EL COMBATE A LAS *FAKE NEWS*

Resumen

El objetivo del artículo es analizar el papel de la escuela pública en el combate a las *fake news*. El referencial teórico-metodológico utilizado se basa en el materialismo histórico y la pedagogía histórico-crítica. El término *fake news* se entiende como noticias falsas, manipuladas intencionalmente con el fin de engañar al receptor de la desinformación. La escuela pública debe permitir que el estudiante se apropie de la tecnología que posibilitó la creación y difusión de noticias falsas, aprenda a navegar en el entorno virtual de forma ética y en oposición a las noticias falsas que estimulan discursos de odio, prejuicios y que son contrarias a los intereses de la clase obrera. Además, comprender que una parte significativa de las *fake news* es elaborada por corporaciones poderosas, con abundantes recursos financieros y por personas especializadas, que participan en la disputa por el poder económico y político como intelectuales orgánicos de las clases dominantes. Finalmente, la escuela pública debe cumplir la función de dotar a los estudiantes/agentes sociales de las herramientas necesarias para la lucha de clases en la sociedad actual.

Palabras clave: Escuela pública. Fake News. Materialismo histórico. Pedagogía histórico-crítica.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é analisar qual o papel da escola pública no combate às *fake news*, através do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e da pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2011, 2012, 2013, 2019). Deve-se destacar que muitos dos autores utilizados na construção do artigo não se pautam por tais teorias, no entanto são autores que se dedicam ao estudo sobre o tema das notícias falsas e contribuem com informações fundamentais para compreender o fenômeno em análise. Nesse sentido, para entender o objeto de estudo, recorreu-se aos autores que estão estudando o tema independente do campo teórico, mas a análise se pautou pelas teorias que orientam a abordagem teórico-metodológica do presente artigo.

Combater as *fake news* é papel da escola, tanto pública quanto privada, no entanto, o estudo busca analisar as *fake news* tendo por referência a escola pública por considerar que esse é o local onde se encontra a maioria dos filhos dos trabalhadores e, na concepção crítica, a educação tem o dever de instrumentalizar a classe trabalhadora com as ferramentas teóricas e práticas imprescindíveis para a luta social. Tendo em vista que a escola pública e os direitos dos trabalhadores são temas recorrentes de *fake news*, compreende-se que a escola pública deve proporcionar a oportunidade para que os alunos/agentes sociais se apropriem do conhecimento teórico e prático necessário para agir contra as notícias falsas. Além disso, apesar de toda a precariedade de recursos humanos e materiais que a escola pública apresenta e da carência social e de acesso à informação vivenciada por seus educandos que podem inviabilizar a formação crítica de seus alunos, deve-se compreender que é na escola pública que parte significativa dos filhos dos trabalhadores tem acesso ao conhecimento elaborado. Assim, é fundamental que os educadores superem esses obstáculos e tenham como objetivo disponibilizar aos seus alunos uma educação crítica.

Inicialmente, é fundamental examinar se as *fake news* são um problema para a escola pública. Nesse caso, é importante ponderar o significado do termo problema, que não se refere, necessariamente, a uma questão para a qual não se tem resposta, ou a uma pergunta qualquer, ou a algo que não se compreende. Esse termo corresponde ao que se ignora e é preciso saber, ao que se tem necessidade de conhecer (Saviani, 2013). Na educação, ele é algo que passou a ser imprescindível saber por interferir na atividade educativa, tornando-se imperativo compreendê-lo para superá-lo. Dessa forma, deve-se responder à pergunta: As *fake news* se transformaram em um fenômeno que é necessário que o professor compreenda para realizar a atividade educativa?

Um indicativo de que a difusão das *fake news* é um problema para a educação pode ser encontrado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018, a qual prevê, no ensino da língua portuguesa do ensino fundamental anos finais e nos três anos do ensino médio, que a ação educativa deve habilitar os alunos a participarem das redes virtuais de forma a fazer frente ao discurso de ódio, à difusão das *fake news* e promover o respeito às diferenças. Especificamente no ensino médio, entre outras habilidades a serem

desenvolvidas, consta que o aluno deverá conhecer o fenômeno *fake news* nas suas múltiplas relações, adotar uma postura crítica e flexível sobre suas opiniões e crenças, possibilitando revê-las e corrigi-las quando os fatos demonstrarem os equívocos que o estudante se encontra, assim como aprender a usar os mecanismos de checagens para combater as notícias falsas (Brasil, 2018).

Os estudos realizados por Nascimento (2020) e Santaella (2019) indicam que o avanço do uso da tecnologia digital de informação e comunicação (TDIC) e o emprego equivocado para a produção de “informações” distorcidas da realidade causam conflitos às relações sociais e estão presentes em todos os espaços de convivência, inclusive, na escola, constituindo um desafio atual para a educação. Para os autores, desenvolver o pensamento crítico pode se constituir em um antídoto eficaz contra as mazelas das *fake news*. No entanto, apesar de considerarem que a escola é uma importante instituição na luta contra os efeitos nefastos que as *fake news* produzem à sociedade, compreendem que é fundamental que outros atores sociais participem em oposição às notícias falsas.

O ensino público brasileiro, em todos os seus níveis, é tema recorrente de *fake news*, assim como o conhecimento científico que é a base do ensino escolarizado. Deve-se considerar que, apesar de outras instituições também efetuarem a formação das novas gerações, é na escola pública que a maioria das crianças da classe trabalhadora tem contato com o conhecimento elaborado produzido historicamente. Assim, atuar em oposição às notícias falsas é lutar para que a escola cumpra sua função principal que, segundo Saviani (2019), é possibilitar ao aluno o domínio dos conhecimentos sistematizados.

Com base em notícias falsas, alunos e outros integrantes da comunidade escolar confrontam constantemente o trabalho educativo dos professores e colocam em suspeição os conteúdos ensinados em sala de aula (Pinsky; Pinsky, 2021). Para Rodrigues (2021, p. 187), as *fake news* divulgadas no ambiente virtual são “responsáveis por sabotar os esforços de professores e professoras Brasil a fora”. Dessa maneira, pode-se afirmar que os estudos realizados sobre o tema indicam que as *fake news* interferem de forma negativa no trabalho docente. Logo, não há dúvidas que as notícias falsas se constituem em um problema para a atividade educativa.

Para analisar o papel da escola pública no combate às *fake news*, será empregado o método que tem por referência o desenvolvido por Marx (1983), na obra *Contribuição à crítica da economia Política*, que é composto por tese, antítese e síntese. A tese é o ponto de partida do estudo, entendida como conhecimento superficial. Tem-se uma visão geral e aparente do objeto de estudo, ou seja, é o todo caótico que necessita ser decomposto para se chegar à sua menor parte, conhecer as suas particularidades. A antítese se constitui pelo processo de decomposição, de análise e de significação. Após efetuar a antítese, inicia-se o caminho de volta constituindo a síntese do objeto, não mais como todo caótico, mas, sim, como uma rica totalidade composta por vários elementos, além de numerosas relações e conceitos que formam um contexto complexo. Diante disso, pode-se afirmar que a dialética de Marx (1983) tem como ponto de partida uma tese constituída por um todo caótico, do

qual é necessário conhecer as particularidades, que são realizadas na antítese. Partindo desta, alcança-se a síntese como unidade composta pelo diverso.

Apesar de o método de Marx (1983) ser construído para a análise da economia política, ele também pode ser usado em outros campos do saber, segundo Tambara e Oliveira (2011, p. 151),

[...] é legítimo concluir que os raciocínios metodológicos ali desenvolvidos são adequados para a investigação de qualquer realidade complexa. Pode-se, portanto, compreender o método da economia política como o método da educação, da história, da sociologia, etc.

Na elaboração do presente artigo, busca-se fazer uma apropriação do método de Marx (1983), colocando-o em conformidade com a pesquisa a ser realizada. Para elucidar sobre sua aplicação, será demonstrado, como exemplo, o seu emprego referente à análise das *fake news*. Inicialmente, partiu-se de uma compreensão simplista, entendida como notícia falsa, ou seja, como um todo caótico, uma concepção genérica da qual não se conhecem as suas particularidades (tese). Após a sua decomposição e análise (antítese), atinge-se uma compreensão a respeito das *fake news* como uma categoria composta por múltiplos elementos e complexas relações (síntese). Essa concepção é empregada em cada parte do artigo, bem como no seu conjunto. Todavia, deve-se destacar que o artigo é o relatório da pesquisa, ou seja, o método foi empregado anterior a ele, desse modo, os leitores poderão não encontrar explicitamente a tese e a antítese, mas perceberão nitidamente a síntese e a abordagem crítica do tema.

FAKE NEWS: MAIS QUE NOTÍCIA FALSA

O emprego de artimanhas para falsear os fatos, para defender certos interesses, se encontra desde as críticas de Sócrates aos Sofistas, os quais ele considerava que estavam corrompendo a juventude ao ensiná-la a defender qualquer ideia desde que fosse vantajosa, independentemente de ser verdadeira ou não. Acusava-os de não terem amor pela sabedoria e respeito pela verdade, pois, para vencerem um debate, o erro e a mentira tinham o mesmo valor que a verdade (Chauí, 1994). A análise da crítica socrática ao pensamento sofista é muito mais rica que a mera referência à sua oposição à compreensão sofista de verdade, mas, no presente trabalho, é suficiente para mostrar que esse tema acompanha a humanidade desde a Antiguidade.

Segundo Nascimento (2020, p. 251), o dicionário britânico Collins consagrou a expressão *fake news* como vocábulo do ano de 2017, devido ao aumento de 365% do uso do termo, e o definiu como “[...] notícias falsas de teor sensacionalista, disseminadas sob o disfarce de reportagem”. Contudo, o que se observa é que as *fake news* não se limitam ao campo do jornalismo, elas podem estar constituídas por divulgação através de vários suportes, como áudios, vídeos, fotos, compilação de dados, documentos oficiais, resultados de pesquisas, depoimentos de cientistas, de professores, de jornalistas, de autoridades

políticas ou do judiciário e, inclusive, testemunho de pessoas comuns que confirmam a ideia que se quer divulgar, sem necessariamente ter características de uma reportagem. Desse modo, na construção da categoria *fake news*, não se objetiva restringi-la, nem a dilatar em excesso, mas, sim, ampliá-la o suficiente para que possa dar conta de compreender o fenômeno atual das *fake news*, pois “[...] o campo das notícias falsas não é tão redondo quanto se costuma postular. Ele é diversificado e *fuzzi* (difuso)” (Santaella, 2019, p. 33).

Em vista disso, deve-se compreender o termo *fake news* conforme o que ele é na sua ação social e não necessariamente em uma rígida limitação do significado da tradução do termo do inglês para o português. Parte-se da compreensão de que o vocábulo *fake news* é amplamente empregado no Brasil em referência à manipulação da informação de forma intencional. Logo, significativo é o que afirma Berger (2019), no prefácio do livro “Jornalismo, *fake news* e desinformação: manual para a educação e treinamento jornalístico”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO),

Evita-se admitir que o termo *fake news* (‘notícias falsas’) possua um significado direto ou comumente compreendido. Isso ocorre porque “notícias” significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias. Nesse sentido, então, a expressão ‘notícias falsas’ é um oxímoro que se presta a danificar a credibilidade da informação que de fato atende ao limiar de verificabilidade e interesse público – isto é, notícias reais. Para entender melhor os casos que envolvem manipulação exploratória do idioma e convenções de gêneros de notícia, esta publicação trata esses atos de fraude pelo que são – como uma categoria particular de informação falsa em formas cada vez mais diversas de desinformação, inclusive em formatos de entretenimento como memes visuais (Berger, 2019, p. 7).

Ao observar a referência do autor aos memes, deve-se refletir se memes, paródias e sátiras são consideradas *fake news*. Para Recuero e Gruzd (2019), esses não se constituem em *fake news* por faltar o fundamental destas que é a construção da informação falsa de forma intencional, e, especificamente, as sátiras demonstram explicitamente pelo humor a sua falsidade, assim, não têm como finalidade enganar. Apesar de, geralmente, memes, paródias e sátiras terem como fim proporcionar diversão para o público, muitas vezes, elas podem produzir efeitos contrários e causar transtornos a indivíduos ou a grupos ao reforçar preconceitos e visão distorcida da realidade. Por isso, é importante isolar a prática, verificar a quais grupos de interesse os seus produtores estão vinculados, “[...] discernir entre a divulgação ocasional de notícias falsas e sua emissão reiterada, sistemática, a fim de configurar a má-fé” (Frias Filho, 2018, p. 43). Portanto, memes, paródias e sátiras podem ser consideradas *fake news* dependendo do contexto de cada caso específico.

No dossiê da Revista USP (2018) sobre Pós-verdade e Jornalismo, Costa (2018), no editorial, e Bucci (2018) compreendem o termo *fake news* como notícia fraudulenta¹, no sentido de incluir ao termo a ideia de dolo, ter a intenção de enganar de modo baixo e trapaceiro o destinatário da informação. Na mesma obra, Frias Filho (2018, p. 43) amplia a

compreensão do que considera ser *fake News*; para ele, deve ser considerada “[...] toda informação que, sendo de modo comprovável falsa, seja capaz de prejudicar terceiros e tenha sido forjada e/ou posta em circulação por negligência ou má-fé, neste caso, com vistas ao lucro fácil ou à manipulação política”. Observa-se que falsidade da informação e intencionalidade se repetem nas definições dos debatedores sobre o tema, no entanto Frias Filho (2018) apresenta outros elementos aos quais as *fake news* podem estar vinculadas, como a capacidade de prejudicar outras pessoas, o lucro e a ação política.

Em relação ao lucro advindo da divulgação das notícias falsas, deve-se ter consciência de que uma parte significativa das *fake news* é elaborada por corporações poderosas, com recursos financeiros abundantes e por pessoas especializadas, além de ser usada como estratégia política de disputa eleitoral. Essa produção de *fake news* não é despreziosa e aleatória, muito pelo contrário, são fabricações que almejam, para além de defender determinados ideais, a obtenção de ganho financeiro. Como o faturamento no ambiente virtual está intimamente vinculado à quantidade de *Clicks* que se obtêm, noticiar *fake news* é lucrativo, pois as notícias fraudulentas reverberam mais que as verdadeiras e de forma mais célere. Nesse contexto, tendo como exemplo as notícias referentes à Lava-jato, no Brasil, em 2016, Bucci (2018) apresenta que as dez *fake news* que obtiveram maior engajamento alcançaram aproximadamente 4 milhões de interações, enquanto as verdadeiras atingiram 2,4 milhões.

Outro componente importante de se considerar ao tratar da propagação das notícias fraudulentas no ambiente virtual são os algoritmos de visibilidades utilizados pelos sistemas para ofertar ao usuário o que ele irá visualizar/consumir. Esses algoritmos são captados e organizados conforme os indícios que são deixados ao participar no ambiente virtual, caracterizados pelo histórico de buscas que demonstram os interesses por determinados assuntos, notícias e produtos, ou seja, eles espelham as nossas escolhas efetuadas no ambiente virtual (Recuero; Gruzd, 2019; Santaella, 2019). Em contrapartida, também não podemos desconsiderar as escolhas deliberadas feitas pelos sujeitos ao decidirem o que irão publicar, compartilhar, repassar (Recuero; Gruzd, 2019). Essa forma de organização do sistema estimula a formação das chamadas “bolhas”, que são constituídas por pessoas que apresentam a mesma concepção de mundo, “[...] na era das redes sociais, o indivíduo se encontra encapsulado em multidões que o espelham e o reafirmam ininterruptamente – são as multidões de iguais, as multidões especulares, as multidões de mesmos” (Bucci, 2018, p. 28). Nessas “bolhas”, são divulgadas informações que confirmam o que os seus integrantes já acreditam, não há espaço para o plural, para o debate, para o dissenso ou para o diferente. Nesses espaços, potencializa-se a intolerância, o ódio e os preconceitos dos usuários (Genesini, 2018). Entretanto, observa-se que, quando ocorre o debate com os divergentes, o que está em jogo não é a busca dos fatos verdadeiros ou de desenvolver a argumentação, mas sim vencer o oponente, discutir para ganhar, inclusive, para derrotar é válido fazer uso de mentiras explícitas (Santaella, 2019).

No interior das “bolhas”, busca-se o estabelecimento do consenso. Nesse caso, os divulgadores das *fake news* sabem que o importante é possibilitar o máximo de impacto para seduzir o público-alvo, assim apelam aos sentimentos, às emoções, à repetição e aos preconceitos. Além disso, há a atuação dos robôs (*bots*) e de usuários humanos muito engajados que criam várias contas falsas para fazer determinadas notícias circularem de forma acelerada, criando falso consenso por aumentar a visualização e inflar o status do usuário (Recuero; Gruzd, 2019). Devido a essas características, as bolhas são locais ideais de divulgação de notícias fraudulentas.

Apesar dos mecanismos de checagem de notícias que foram criados pelos sistemas jornalísticos, como o Fato ou Fake, a Lupa, e de orientações de procedimentos para identificar indicativos de que a notícia apresenta características de *fake news*, as notícias falsas continuam sendo divulgadas porque geralmente estão de acordo com as concepções do receptor/transmissor. Segundo Santaella (2019), os psicólogos cognitivos afirmam que o ser humano tem maior predisposição a aceitar como verdade fatos que estão de acordo com suas crenças e opiniões e, para que as pessoas mudem, é necessário um maior esforço e um grande gasto de energia mental. Logo, a possibilidade de o ser humano modificar suas opiniões é muito baixa. Contudo, a autora reconhece a importância do serviço prestado pelos sistemas de checagem e defende a necessidade de desmascarar os interesses que estão camuflados na divulgação de *fake news*, compreender os mecanismos de como elas se propagam, desenvolver uma educação para e nas mídias em oposição às *fake news*, sendo o desenvolvimento do pensamento crítico o melhor antídoto contra os efeitos perversos das notícias falsas.

O debate atual sobre *fake news* prioriza a sua divulgação nas mídias digitais e redes sociais, mas deve-se reconhecer que a mentira e a manipulação da informação sempre estiveram presentes na imprensa, na política, nos livros e na sociedade. Na atualidade, a novidade é a forma como são produzidas e disseminadas as notícias, que, através dos avanços tecnológicos, propiciaram uma maior velocidade e abrangência de difusão (internet comercial, as redes sociais e as mídias digitais). É relevante destacar, ainda, que o próprio usuário pode ser o consumidor e o produtor de conteúdo. Ao analisar esse contexto, nota-se que o mundo sem mentira nunca existiu, sendo, inclusive, improvável que venha a existir sem a divulgação de notícias falsas.

As notícias fraudulentas são construídas, muitas vezes, com distorções sutis da realidade; tanto é assim que as próprias agências de checagem têm dificuldades de afirmar de forma taxativa que são falsas. Um exemplo disso é a Lupa que criou gradações de veracidade às suas checagens e incluiu informações complementares para esclarecer sobre o que há de verdadeiro ou falso na notícia analisada. Por conseguinte, a imprecisão de determinar se a notícia é falsa não desqualifica o trabalho de checagem, muito pelo contrário, ao proporcionar mais informações sobre o tema, auxilia os cidadãos na compreensão dos fatos.

Independentemente de compreender que a mentira continuará atuando, é significativo reconhecer que a amplitude do alcance das *fake news*, através da internet e das redes sociais, está gerando efeitos maléficos de proporções preocupantes, os quais têm afetado várias áreas da vida humana, que requerem uma intervenção que diminua os seus resultados nocivos. Ademais, deve-se reconhecer que, se através da internet se expandiu o alcance das notícias falsas, também se ampliou o acesso à informação nunca antes visto. Assim, é importante o trabalho de checagens e suas informações complementares, como também ter acesso à informação de qualidade, além de ser fundamental qualificar o cidadão com uma educação crítica que possibilite reconhecer as notícias fraudulentas e não as divulgar, o que interromperá a rede de circulação de notícias falsas e minimizará os seus efeitos prejudiciais. A partir dessas ações, sujeitos críticos estarão melhor preparados contra a manipulação de informação em qualquer momento histórico.

Diante do que foi apresentado, pode-se afirmar que as *fake news* são informações fraudadas dolosamente que são publicadas para manipular a opinião pública em defesa de interesses de indivíduos ou de grupos específicos, sendo compostas por manipulação de conteúdo, com aparência de veracidade, falseamento dos fatos, teor sensacionalista, preconceitos e, se necessário, utilizam-se de mentira explícita. Uma parte significativa das notícias falsas dispõe de vultosas somas de recursos financeiros, elaboradas por pessoas especializadas, com objetivos obscuros e que geram lucros abundantes, além de poder ocasionar sofrimentos e prejuízos a pessoas e a setores da sociedade. Considerando que ao iniciar o presente trabalho o entendimento que se tinha era de *fake news* como notícia falsa - compreensão que era superficial para a amplitude de significados que o termo abarca -, pode-se afirmar que, ao chegar ao final da análise, alcançou-se um conceito como síntese composto por uma rica multiplicidade de elementos e de variadas relações. Não obstante, falta efetuar a segunda parte do trabalho proposto que é analisar qual o papel da escola pública no combate às *fake news*.

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO CRÍTICO NA ESCOLA PÚBLICA NO COMBATE ÀS *FAKE NEWS*

Para a perspectiva crítica no campo educacional, é fundamental compreender que a educação é condicionada pela estrutura socioeconômica, mas também é possível, através da ação humana, modificar intencionalmente a estrutura da sociedade e a educação. Deve-se destacar, ainda, que o ensino escolarizado não é o equalizador das desigualdades, ele deve qualificar os agentes sociais para a luta pela igualdade e para a superação do modelo social atual (Saviani, 2012). No caso do presente estudo, almeja-se que a educação possa instrumentalizar os alunos da escola pública, constituída expressivamente pelos filhos dos trabalhadores, no enfrentamento das *fake news*, principalmente, as que são organizadas com o objetivo de interferir negativamente nos direitos dos trabalhadores, no avanço de políticas

públicas em prol das minorias sociais, prejudicando a sua saúde e os seus interesses, além de serem contrárias à construção de uma escola pública crítica.

A relação existente entre a base econômica e a superestrutura a ela correspondente é apresentada por Marx (1983). O autor estabelece que o conhecimento produzido e as instituições criadas pela sociedade estão condicionadas pela base econômica de cada momento histórico,

[...] o conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (Marx, 1983, p. 24).

O objetivo central de suas análises é a sociedade capitalista ocidental, a qual compreende que sobre a sua base econômica se ergue uma superestrutura jurídica e política determinada pelos valores burgueses que é a classe dominante desse momento histórico. Assim sendo, em seu livro com Engels, afirmam que a classe que domina o modo de produção de uma época é aquela que tem as ideias dominantes e essa dominação se encontra em todos os espaços, dominando como pensadores e como produtores de ideias regulam “[...] a produção e a distribuição das ideias de seu tempo” (Marx; Engels, 1986, p. 72). Nessa perspectiva, a educação escolarizada exerce função central na difusão da concepção de mundo da burguesia, que, conforme Althusser (1974), nas formações capitalistas maduras, o aparelho ideológico escolar substituiu o aparelho ideológico religioso como local privilegiado de inculcação dos valores burgueses a toda a sociedade.

Apesar de Marx e Engels (1986) considerarem que a superestrutura é determinada pela base econômica, eles compreendem que há uma influência recíproca de uma sobre a outra. Há uma concepção dialética, em que infraestrutura constitui a superestrutura, mas esta age como retorno sobre a base. Contudo, somente será superada a superestrutura do modelo capitalista se superada a sua base econômica. Para esses autores, são as contradições do capitalismo que irão levar à sua superação, mas essas mudanças operam na infraestrutura e na superestrutura ao mesmo tempo, agindo uma sobre a outra. É uma concepção dinâmica, não estática. Não se deve pensar que primeiro se supera a base econômica para mudar toda a superestrutura, essas mudanças ocorrem simultaneamente. A identificação de que há uma ação de retorno da superestrutura sobre a base econômica pode ser evidenciada na seguinte passagem de Marx e Engels (1986, p. 68): “[...] a indústria e o comércio, a produção e a troca das necessidades de vida, condicionam, por seu lado, a distribuição, a estrutura das diferentes classes sociais, para serem, por sua vez, condicionadas por estas em seu modo de funcionamento”. Pode-se observar que as relações de produção condicionam a estrutura de classe, mas as relações entre as classes agem como retorno, condicionando as relações econômicas. Portanto, as lutas na superestrutura podem ter efeitos na infraestrutura.

Deste modo, observa-se que a concepção dialética de Marx e Engels (1986) impulsiona o proletariado para a luta na superestrutura, local no qual se encontra a escola pública, com o objetivo de participar da transformação da sociedade, pois demonstram que as instituições e o conhecimento são produzidos historicamente pela humanidade e, com isso, podem ser modificados intencionalmente pelos sujeitos históricos. O caráter histórico e crítico da teoria da educação apresentada está em conceber o ensino como construção humana, intencionalmente organizado, que se modifica pela ação humana, condicionado pelos componentes sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, também é fator condicionante que participa da luta de superação do modo de produção e da sociedade a ele relacionada.

Nesse contexto, a análise da importância da educação crítica na escola pública no combate às *fake news* deve considerar o que apresenta Gramsci (1993), que afirma que toda classe que ambiciona se tornar hegemônica cria uma ou mais camadas de intelectuais que têm a função de elaborar a sua ideologia, para torná-la homogênea, para transpor o domínio econômico para o campo político, cultural e social. Essa classe busca dominar todos os espaços, impregnar todo o corpo social com sua concepção de mundo, objetiva tornar-se representativa de todos ou, pelo menos, da maioria dos cidadãos. Os intelectuais orgânicos são os comissários do grupo dominante que exercem funções subalternas nos vários espaços de poder da sociedade e do governo político. Eles estão nas Igrejas, escolas, sindicatos, partidos, meios de comunicações, administração pública, poderes legislativos, executivos e judiciário, forças de segurança etc. De forma ampla, o autor italiano considera intelectual todos aqueles que exercem funções organizativas da sociedade. Em suma, pode-se afirmar que os divulgadores de *fake news* que estão organizados, que dispõem de amplos recursos financeiros e que participam da disputa pelo poder econômico e político são intelectuais no sentido compreendido por Gramsci.

No momento atual brasileiro, encontra-se divulgadores de *fake news* ramificados por todo o corpo social com a função de organizar parte da sociedade que compartilha de determinada concepção de mundo que é reforçada pelas *fake news*. Esses intelectuais, através das notícias falsas, estabelecem homogeneidade ao discurso dos seus adeptos. As diversas camadas de intelectuais podem ser percebidas, por exemplo, em algumas congregações religiosas, nas quais os líderes nacionalmente, regionais e locais divulgam nos púlpitos e nas redes sociais *fake news* com o mesmo teor para defender determinado ideal de sociedade, de comportamento, candidatos a cargos eletivos etc. Essas camadas e o modo de ação podem ser identificados também nos partidos políticos, nos meios de comunicações, nos políticos em exercícios de mandatos e nos integrantes do poder executivo. Nesse sentido, esses intelectuais cumprem a função de intelectuais, como apresentado por Gramsci (1993).

Deve-se destacar que não é somente a classe dominante que tem os seus intelectuais; toda classe que busca disputar a hegemonia os compõe para elaborar a sua concepção de mundo contra-hegemônica e atuarem nos espaços de poder nos quais a classe dominante está estabelecida, na busca de minar o poder constituído. A possibilidade da luta das minorias será determinada pela capacidade ou incapacidade da classe dominante de manter a sua

hegemonia e de se apresentar e convencer ser a representante dos interesses da maioria dos cidadãos. Nos momentos de crise do capital, como é o período atual, no qual as *fake news* são uma manifestação dessa crise, a presença contra-hegemônica nas disputas de poder se observa de forma mais latente, sendo, muitas vezes, combatidas com o uso do aparelho repressor do Estado pela classe dominante.

O professor é um desses intelectuais, ainda que, na sua ação educativa, ele possa reproduzir a cultura dominante no espaço escolar, sendo um intelectual do grupo hegemônico ou um agente contra-hegemônico que atua de forma crítica em defesa dos interesses dos trabalhadores em oposição à ordem instituída (Saviani, 2019). Em vista disso, o professor contra-hegemônico deve ter como objetivo proporcionar ao aluno o domínio da cultura produzida historicamente pela humanidade. Para a classe trabalhadora, é indispensável dominar as ferramentas culturais dominantes, pois, na sociedade burguesa, além de ser elemento de desigualdade, que legitima os privilégios da classe dominante, é também instrumento necessário para participar politicamente na construção de uma sociedade que esteja em conformidade com os seus anseios. Assim, o marginalizado deve conhecer o que é usado contra si, deve apropriar-se do conteúdo cultural dominante, para dar novo significado e sentido conforme os seus interesses, para que a cultura também seja instrumento de luta de igualdade. Na luta pelo conteúdo cultural, o proletariado deve buscar a igualdade real, não basta a previsão formal, a qual se constitui no acesso igualitário ao saber e na sua transformação em conteúdo real, dinâmico e concreto, vinculado ao momento histórico-social no qual o professor e o aluno estão inseridos.

Para Saviani (2012), aluno e professor são agentes sociais, que devem atuar conjuntamente com as forças emergentes da sociedade na luta pelas transformações sociais. Nesse sentido, a escola pública deve formar os agentes sociais das camadas subalternas, dando condições para que se apropriem “[...] das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem” (Saviani, 2012, p. 71). Por conseguinte, através da escola, o aluno se apropria do conhecimento crítico e qualifica a sua prática social.

Saviani (2013) compreende o conhecimento sistematizado/crítico como saber metódico, detalhado, minucioso, amplo e que abarca as múltiplas relações do objeto investigado; e o senso comum é entendido como ação sem reflexão, age pelo costume, pela cultura e pelos padrões estabelecidos na sociedade, ou seja, esse conhecimento é fragmentado, automático, passivo e não elaborado. Apropriar-se do conhecimento crítico é fundamental para fazer oposição às *fake news*, pois muitas notícias fraudulentas apresentam, em seu conteúdo, elementos parciais do conhecimento científico ou utilizam parte de concepções aceitas pelo senso comum como legítimas. Assim, o aluno que se pauta pelo conhecimento crítico pode identificar os equívocos de sua própria cultura, de seus costumes e perceber o uso inadequado que estão fazendo da ciência. Além disso, o conhecimento sistematizado possibilita verificar nas *fake news* a quais grupos interessam as ideias defendidas, quais são os condicionantes históricos envolvidos e identificar os interesses

escondidos. Por conseguinte, atingir tal compreensão é fundamental para instrumentalizar os agentes sociais na luta contra as notícias falsas que contrapõem os interesses dos trabalhadores e das minorias.

Desta forma, a escola pública deve ensinar os alunos como o conhecimento científico é produzido e quais são os limites de suas verdades. Compreender que estas não são imutáveis, elas se alteram com novas descobertas, com o surgimento de outras fontes, de novas perspectivas de análise e que podem ser contestadas por outras pesquisas. Deve entender que o debate de concepções diferentes no interior do campo científico é benéfico à produção do conhecimento e que divergência científica não é equivalente à divergência de opiniões, pois divergências científicas são pautadas por pesquisas constituídas por arcabouços teórico-metodológicos típicos de cada campo do conhecimento, legitimados por seus pares. Essa compreensão auxilia a diferenciar a divergência científica da mera divergência de opinião, que os defensores das notícias falsas usam para justificar a legitimidade de difundir as suas posições. Deve-se destacar que, nas *fake news*, o que está posto é a fraude intencional, é o enganar com dolo; são concepções parciais, enquanto, no conhecimento elaborado, busca-se compreender o objeto de análise de forma minuciosa, contemplando as suas múltiplas relações.

Defender que os alunos devem se apropriar do conhecimento atualizado, implica a compreensão de que eles necessitam aprender os fundamentos do que há de mais moderno no campo da tecnologia da produção e da informação. Dominar tais conhecimentos é fundamental para se colocar no mercado de trabalho em condições de disputar os postos que exigem conhecimentos mais elaborados na cadeia produtiva, onde geralmente estão as melhores remunerações, que historicamente, tendem a serem reservadas às classes médias e altas da sociedade. No caso específico das *fake news*, deve-se reconhecer que o fenômeno atual das notícias falsas está intimamente relacionado com a atual evolução da tecnologia da comunicação. Portanto, para contrapor sua proliferação e seus efeitos, é fundamental conhecer a teoria e como funciona a tecnologia por meio da qual elas são produzidas e divulgadas.

Além de o aluno apropriar-se desse conhecimento, o professor deve ensiná-lo a participar nas redes de comunicações virtuais de forma ética, com respeito aos diferentes, com uma formação que faça oposição ao discurso de ódio, que evite a constituição de bolhas e que tenha compreensão de que as informações falsas podem acarretar sofrimentos às pessoas. O professor também deve ensinar os alunos a utilizarem as ferramentas de checagem de notícias, analisar diferentes fontes e disponibilizar os locais virtuais de informações confiáveis, de preferência que tenham passado pela análise dos profissionais da área, conforme Rodrigues (2021, p. 187), “[...] os professores devem fazer a curadoria do que há disponível com boa qualidade, justamente para orientar os estudantes a usar esse material a favor de um bom aprendizado”.

Conforme o apresentado, pode-se observar que a escola pública, ao atuar como local de construção do conhecimento crítico, constitui-se como importante instituição que se

posiciona contra as *fake news*, pois os seus integrantes, como agentes sociais, encontram-se em melhores condições cognitivas para disseminarem o saber crítico em oposição à informação fraudulenta nos ambientes onde interagem. Outrossim, esse aluno/agente social ao exibir as inconsistências da informação, o dolo, quais grupos se beneficiam, os objetivos ocultos e quem são as pessoas ou ideias que se busca prejudicar, irá expor publicamente e entre as pessoas de seu convívio íntimo o divulgador de *fake news*, o que, talvez, poderá inibi-lo (principalmente às pessoas comuns que não obtêm lucros financeiros ou políticos com notícias fraudulentas, mas auxiliam na sua disseminação). Por conseguinte, a difusão do conhecimento crítico no ambiente escolar público possibilita ampliar a área de oposição às notícias falsas, pois, ao qualificar os seus integrantes, permite atingir uma ampla parcela da sociedade que utiliza as redes virtuais de comunicação. Nesse sentido, pode-se transformar em um obstáculo aos difusores contumazes de *fake news*, além de não ser ele próprio um divulgador de notícias fraudulentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução, foi apresentado como objetivo deste artigo analisar qual o papel da escola pública no combate às *fake news*. Primeiramente, demonstrou-se que as notícias falsas estão causando conflitos em todos os espaços de convivência social e que a escola pública não está imune às suas ingerências, inclusive, constatou-se que elas são um problema para o trabalho educativo por estarem interferindo de forma negativa no ensino escolarizado. Por isso, a comunidade escolar precisa compreender o fenômeno *fake news* para que se possa atuar em oposição aos seus efeitos nefastos.

O fenômeno atual das notícias falsas está vinculado aos avanços tecnológicos de comunicações que propiciaram uma maior velocidade e abrangência de propagação (internet comercial, as redes sociais e as mídias digitais). Há também outros componentes que se precisa compreender, como os algoritmos de visibilidade, que auxiliam na constituição das bolhas, os robôs e as contas falsas, que ajudam na formação do falso consenso. Paralelamente, os criadores das notícias falsas se utilizam de estratégias que buscam causar impacto ao receptor, assim recorrem aos sentimentos, às emoções, à repetição e aos preconceitos. Esses elementos possibilitam construir um ambiente que facilita aos usuários acreditarem nas *fake news* e se tornarem também divulgadores. Nesse prisma, a escola pública, para fazer oposição às notícias falsas, deve propiciar aos alunos o conhecimento dos fundamentos científicos dessa tecnologia e como se tornou possível a sua constituição, compreender a dinâmica da participação nas mídias sociais para atuar em oposição ao discurso de ódio, à intolerância, aos preconceitos e às *fake news* que buscam deslegitimar temas que são de interesse dos trabalhadores e das minorias sociais. Ademais, o professor deve propiciar aos alunos o conhecimento sobre o uso dos sistemas de checagem de informação e fazer a curadoria de conteúdos de qualidade disponíveis no meio virtual em benefício do ensino-aprendizado.

A comunidade escolar (não somente os professores e os alunos) precisa compreender que as *fake news* são informações fraudadas dolosamente com o objetivo de manipular a opinião pública em defesa de interesses obscuros de indivíduos ou de grupos específicos. Outrossim, uma parte significativa dos divulgadores de notícias falsas dispõem de vultosas somas de recursos financeiros, de pessoas especializadas e participam da disputa do poder econômico e político como intelectuais orgânicos das classes dominantes. Logo, os interesses que estão defendendo são contrários aos dos trabalhadores.

Como as notícias falsas são constituídas por manipulação de informação, por concepções parciais da realidade e por visões distorcidas do conhecimento científico, a escola pública deve propiciar que os alunos tenham tanto acesso quanto condições de produzirem o conhecimento sistematizado, compreendido como saber metucioso, detalhado, minucioso, amplo e que abarque as múltiplas relações do objeto investigado. Desta maneira, de posse dessas ferramentas culturais necessárias à sua prática social, ele terá condições de identificar o que há de fraudulento e o que está dissimulado nas notícias falsas.

Para a concepção crítica, a educação deve instrumentalizar os alunos/agentes sociais com as ferramentas teóricas e práticas necessárias para a luta social. Desta maneira, a educação qualifica o aluno/agente social para agir em conjunto com as forças emergentes da sociedade em defesa dos interesses dos trabalhadores. Nesse prisma, especificamente em relação às *fake news*, pode-se afirmar que a escola pública deve instrumentalizar os alunos/agentes sociais com as ferramentas teóricas e práticas necessárias para agir em oposição às notícias falsas.

Para concluir, a escola pública, ao proporcionar que o aluno/agente social efetivamente se aproprie das ferramentas culturais necessárias à luta social de sua época, possibilita que ele alcance o conhecimento sistematizado. Com isso estará em condições de contrapor a informação dolosamente manipulada em qualquer momento histórico, pois deve-se ter consciência de que, sempre que foi necessário, os meios de comunicações de massas foram operados pela classe dominante para manipular a informação contra os interesses dos trabalhadores. Nesse ínterim, a escola pública, ao proporcionar uma formação crítica que acompanhe o desenvolvimento histórico do conhecimento humano, constitui-se em uma instituição importante na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

BERGER, G. Prefácio. In: IRETON, C.; POSETTI, J. (org.). **Jornalismo, fake news e desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. UNESCO, 2019.

Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647?posInSet=2&queryId=a8050576-9941-4456-ae89-db14a68715c2>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, n. 116, p. 19-30, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COSTA, F. Editorial. **Revista USP**, n. 116, p. 01, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FRIAS FILHO, O. O que é falso sobre *fake news*. **Revista USP**, n. 116, p. 39-44, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663>. Acesso em: 05 abr. 2021.

GENESINI, S. A pós-verdade é uma notícia falsa. **Revista USP**, n. 116, p. 45-58, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663>. Acesso em: 05 abr. 2021.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

NASCIMENTO, C. E. G. *Fake news*, mentira organizada e educação: uma reflexão a partir do pensamento de Hannah Arendt. **Revista docência e cibercultura**, v. 4, n. 1, p. 243-263, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.47553>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/47553>. Acesso em: 05 abr. 2021.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. A história contra-ataca. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 9-21.

RECUERO, R.; GRUZD, A. cascatas de *Fake News* políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, n. 41, p. 31-47, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019239035>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

REVISTA USP. São Paulo: **Revista USP**, 1989-. 2018. Dossiê pós-verdade e jornalismo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/10663>. Acesso em: 05 abr. 2021.

RODRIGUES, I. Usos pedagógicos para YouTube e podcasts. *In*: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021. p. 175-197.

SANTAELLA, L. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das letras e cores, 2019.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

TAMBARA, E.; OLIVEIRA, A. R. Fontes e métodos na história da educação. *In*: XAVIER, L.; TAMBARA, E.; PINHEIRO, A. C. F. (org.). **História da Educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 143-162.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professor de história (ensino médio) contratado pelo Estado do Rio Grande do Sul. Contato: xavier-i.c@hotmail.com

COMO CITAR ABNT:

XAVIER, I. C. Uma análise crítica do papel da escola pública no combate às Fake News. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-17, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8670887. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670887>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Notas

¹ Os autores afirmam se pautarem pela tradução do termo como notícia fraudulenta sugerida pelo professor e jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, organizador do dossiê, mas não indicam em que obra está a referida sugestão.